



407

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0123683-53.2005.8.17.0001 (0271600-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 10ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
ADVOGADO: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. REDUÇÃO DA PENA. INACOLHIMENTO. SANÇÃO JUSTA E PROPORCIONAL DENTRO DOS LIMITES DA LEI. SENTENÇA MANTIDA. DOSIMETRIA CORRETA. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Hipótese em que o crime de roubo qualificado restou demonstrado através do depoimento das vítimas que foram corroborados pela prova testemunhal colhida nos autos.
2. Não há de se falar em redução da pena quando o juiz sentenciante decide dentro dos limites da lei, analisando de forma coerente e proporcional as circunstâncias judiciais e legais do crime.
3. Apelação não provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 0123683-53.2005.8.17.0001 (0271600-9), da 10ª Vara Criminal da Capital, em que figura(m), como Apelante, **Alexandre Souza da Silva** e, Apelado, **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão condenatória em todos os seus termos por ser justa e proporcional ao caso concreto**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas,



408

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 23 de 09 de 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº 0123683-53.2005.8.17.0001 (0271600-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 10ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
ADVOGADO: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Alexandre Souza da Silva recorre, tempestivamente, da decisão de **fls. 340/347**, que o condenou à pena de 08 (oito) anos, 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, cumulada com o pagamento de 30 (trinta) dias-multa, por haver incorrido no crime do art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 70, ambos do Código Penal Brasileiro¹.

Em suas razões recursais, **às fls. 363/371**, o Apelante requer:

a) a sua absolvição, por não haver provas suficientes para sua condenação e **b)** a redução da pena imposta, por ser exacerbada ao caso concreto, devendo a sanção ser fixada em 06 (seis) anos de reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto, nos termos da lei.

¹ **Art. 157.** Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

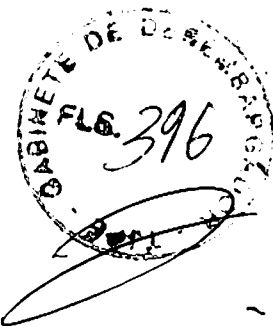
I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas.

Art. 70. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



O Ministério Público apresentou contrarrazões, às fls. 382/384, pugnando pela manutenção da condenação em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, através do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofertou parecer, às fl. 387/392, manifestando-se no sentido de negar provimento ao recurso.

É, em resumo, o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 12 de 06 de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



209

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0123683-53.2005.8.17.0001 (0271600-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 10ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
ADVOGADO: EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Segundo os autos, a denúncia foi **recebida** em 19.10.2005 (fl.72v), e a sentença foi **publicada** em 13.03.2012 (fl. 350), não se operando a prescrição da pretensão punitiva estatal. O Apelante, atualmente, encontra-se solto, conforme certidão de fl. 348v.

O Recorrente foi denunciado e condenado pelo crime de roubo qualificado à pena de 08 (oito) anos, 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, pelo seguinte fato delituoso:

Narra a denúncia que, na noite de 23 de setembro de 2005, por volta das 21:30 horas, na Av. Domingos Ferreira, nº 2284, no Bairro de Boa Viagem, nesta Capital, o Apelante, acompanhado de mais três homens ainda não identificados, adentraram no Restaurante Hanoke, utilizando armas de fogo, quando anunciaram assalto e sob ameaça de morte tomaram do funcionário Wey Hong Chia, que estava no caixa, a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e um aparelho celular, marca Sony e, em seguida, tomaram do cliente Valdeci Rodrigues da Silva um aparelho celular e do cliente Igor da Mata Ribeiro Pimentel Oliveira uma bolsa ponchete, contendo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

documentos pessoais e de um veículo, bem como cartões de crédito e dois aparelhos celulares. Informa a exordial, que para a execução do crime, o Apelante e seus comparsas chegaram no restaurante utilizando capacetes de motocicletas, tendo um deles se dirigido ao caixa, um permanecido na porta, dando cobertura, e outros dois recolhiam os pertences dos clientes, todos de arma em punho e ameaçando as vítimas. Após o crime, os assaltantes fugiram do local com os produtos do roubo, utilizando motocicletas, momento em que foi comunicado o fato à Polícia Militar que passou a promover diligências nas imediações, sendo que, por volta das 22:00 horas, policiais da ROCAM perceberam que o Apelante e outro indivíduo trafegavam em uma motocicleta nas imediações da localidade denominada "Bode", em Brasília Teimosa, os quais, ao perceberem a presença da polícia empreenderam fuga e abandonaram a moto em via pública, adentrando na casa do Sr. José Ironaldo da Silva, sem o seu consentimento, local em que o Apelante foi preso em flagrante.

A materialidade delitiva encontra-se demonstrada através do Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 29, dos Termos de Restituição de fls. 32/33 e dos depoimentos às fls. 10/19 dos autos.

Após uma minuciosa análise do conjunto probatório, verifica-se que não há como prosperar o pedido de absolvição da defesa, tendo em vista que os elementos coligidos nos autos comprovam a participação do Apelante Na ação criminosa, conforme se depreende dos depoimentos das vítimas Valdeci Rodrigues da Silva (fls. 17 e 150/151) e Igor da Mata Ribeiro Pimentel Oliveira (fls. 18/19 e 149/150), que são corroborados pelas



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

declarações das testemunhas Cidclay José dos Santos (fls. 10/11 e 294), José Ironaldo da Silva (fl. 12) e Sergio Rodrigues Cavalcante (fls. 13/14 e 293/294).

Vale ressaltar que embora o Apelante negue de forma veemente o seu envolvimento no delito, não traz em sua defesa nenhum elemento que torne a sua prisão em flagrante injusta, chegando a argumentar que encontrou um dos três celulares que trazia consigo no chão.

Da mesma forma, não merece guarida o pedido de redução da pena, pois, o juiz sentenciante analisou corretamente as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, das quais a culpabilidade, as circunstâncias do crime e o comportamento da vítima foram desfavoráveis e, portanto, justificam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão, um pouco acima do mínimo de 04 (quatro) anos estabelecido pela lei.

Irretocável, também, foi a valoração dada pelo Juízo *a quo* às causas de aumento de pena, quais sejam o concurso de agente e o emprego de arma de fogo, bem como a aplicação na proporção de 1/5 (um quinto) da agravante genérica pelo concurso formal do art. 70 do CP, já que o referido aumento, por lei, pode ser entre 1/6 e 1/2.

Com esses fundamentos, **voto** no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo-se a decisão condenatória em todos os seus termos por ser justa e proporcional ao caso concreto.

Recife, 23 de 09 de 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



0022
452

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0123683-53.2005.8.17.0001 (0271600-9)

COMARCA : Recife - 10ª Vara Criminal
APELANTE : **ALEXANDRE SOUZA DA SILVA**
ADVOGADOS : Dr. Emerson Davis Leônidas Gomes
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelas Defesas de **ALEXANDRE SOUZA DA SILVA** (fls.325 e 363/371), contra a Sentença (fls. 340/347) proferida pelo Juízo da 10ª Vara Criminal Comarca de Recife que, em 13.03.2012, **CONDENOU** o ora **Apelante** como incurso nas penas do Art. 157, §2º, incisos I e II, c/c Art. 70, ambos do CP, aplicando-lhe uma pena definitiva de 08 (oito) anos e 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado e 30 (trinta) dias-multa, na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos, nos autos do Processo nº 0123683-53.2005.8.17.0001.

Foi concedido ao Réu o direito de apelar em liberdade (fl.347).

Em síntese, narra a Denúncia (fls. 02/05) que no dia 23.09.2005, por volta das 21h30min., na Av. Domingos Ferreira, nº2284, Boa Viagem, nesta Cidade, o Denunciado **ALEXANDRE SOUZA DA SILVA**, acompanhado de mais três homens não identificados, adentraram no Restaurante Hakone, utilizando armas de fogo, quando anunciaram assalto e sob ameaça de morte, tomaram do funcionário WEY HONG CHIA, que estava no caixa, a importância de R\$1.000,00 (hum mil reais) e um aparelho celular, marca Sony; tomaram do cliente VALDECI RIBEIRO DA SILVA um aparelho celular e do cliente IGOR DA MATA RIBEIRO PIMENTEL OLIVEIRA uma bolsa, tipo pochete, contendo documentos pessoais de um veículo, cartões de crédito e ainda dois aparelhos celulares pertencentes a ele e a sua namorada.

Consta que para a execução do crime, os assaltantes chegaram ao restaurante utilizando capacetes de motocicleta, tendo um deles se dirigido ao caixa, um permanecido na porta, dando cobertura e outros dois recolhiam os pertences dos clientes, todos de arma em punho e ameaçando as vítimas, caso reagissem.



453

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

É narrado ainda que, após o crime, os assaltantes fugiram do local com o produto do crime, utilizando motocicletas, momento em que o fato foi comunicado a Polícia Militar, que passou a promover diligências nas imediações. Já por volta das 22h00min., Policiais Militares da ROCAM perceberam que o Denunciado e outro trafegavam em uma motocicleta nas imediações da localidade "Bode", na Brasília Teimosa, os quais foram perseguidos pelos Policiais. Aqueles, ao perceberem a presença da Polícia, seguiram na Rua Gustavo Krause, Pina, Brasília Teimosa, nesta Cidade, abandonaram a moto em via pública e adentraram na casa de JOSÉ IRONALDO DA SILVA, sem o consentimento deste, com o intuito de se esquivarem do cerco Policial. Contudo, os Policiais perceberam a manobra do Denunciado e o prendeu no interior da residência, em poder do qual apreenderam dois capacetes, a pochete da vítima IGOR e o aparelho celular pertencente a vítima VALDECI, objetos estes que foram reconhecidos pelos proprietários na Delegacia de Polícia. O outro homem que estava na moto com o Denunciado conseguiu fugir sem ser identificado e a moto, marca Honda Titan, CG-150, placa KJF-5607, bem como os capacetes restaram apreendidos.

A Denúncia deu o Acusado como incurso nas penas do Art. 157, §2º, incisos I e II, do CP (fl. 04).

A Juíza Monocrática, por ocasião da Sentença, deu o Acusado como incurso no **Art. 157, § 2º, incisos I e II e Art. 70**, destacando que, como comprovado efetivamente ao longo da instrução criminal, em verdade, o acusado em sua única ação atingiu patrimônios diversos, para ser mais exata o de 03 vítimas, incidindo, portanto, na regra do concurso formal do art. 70, caput, tal imputação não foi referida na denúncia ou em sede do pedido condenatório de alegações finais. Entretanto, o Juízo Singular promoveu a *emendatio libelli*, previsto no artigo 383 do CPP, já que o acusado se defende dos fatos imputados, perfeitamente descritos na peça inicial.

Inconformada com a Sentença Condenatória, a Defesa de **ALEXANDRE SOUZA DA SILVA** (fls.363/371) requer a absolvição do Acusado, por não haver provas suficientes para sua condenação. Alternativamente pede pela diminuição da pena imposta, por entender exacerbada, devendo a reprimenda ser fixada em 06 (seis) anos de reclusão, bem como a alteração do regime de cumprimento de pena para o semiaberto.

Em suas Contrarrazões (fls. 382/384), a Representante do Ministério Público pugna para que seja negado provimento aos recursos, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.



254

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofertou parecer no sentido de ser **negado provimento** ao recurso, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos (fls. 387/392).

A materialidade delitiva encontra-se devidamente comprovada no boletim de ocorrência policial (fls.25/28); Auto de Apresentação e Apreensão de fl.29, Auto de Avaliação (fl. 31); Auto de Restituição (fl.32) e ainda pelos depoimentos das testemunhas.

No que pertine a autoria, constato que a vítima **Igor da Mata Ribeiro Pimentel de Oliveira**, (fls. 149/150) asseverou que um elemento usando capacete foi até o caixa e com uma arma bateu no vidro enquanto que dois ou três outros elementos recolhiam os pertences dos outros clientes. Confirmou ainda que, ao que se lembra, tinham mais dois fora aquele que fez a abordagem no caixa; que lhe foi entregue apenas a bolsa, na delegacia onde também se encontrava outros celulares que pertencia a outras pessoas. Por fim, disse que a bolsa dele foi encontrada com o acusado que foi preso, em Brasília Teimosa.

A vítima **Valdeci Rodrigues da Silva** (fls. 150/152) disse que estava no restaurante sentado com o celular recebendo uma ligação, momento em que uma pessoa, de cor morena e com aproximadamente 1,80m, aproximou-se dele e com arma em punho informou ser um assalto. Disse ainda que o elemento engatilhou a arma e encostou em seu ouvido esquerdo dizendo "Eu atiro" e nesse momento ele de pronto estendeu a mão entregando o celular. Declarou que o acusado não foi a pessoa que lhe abordou, mas que o acusado abordou efetivamente um casal que estava numa mesa ao lado da dele declarante. Ressaltando que dentro do restaurante tinham quatro elementos e, segundo informações posteriores, havia uma do lado de fora dando cobertura, mas este ele não viu. Relatou que os assaltantes ameaçavam em todo o tempo os clientes e usavam capacete, embora não estivessem arriados no rosto, mas sim apoiado na testa, dando para visualizar a fisionomia dos mesmos. Por fim, disse que o acusado foi encontrado com a ponchete e dentro havia celulares, relógio e outros objetos; que seu celular foi encontrado dentro daquela ponchete e seu reconhecimento em relação ao acusado se deu através das vestes e também em face do seu celular se encontrar em poder do mesmo.

No mesmo sentido encontra-se o depoimento da vítima Wei Hong Chia, às fls. 152.



415

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

A testemunha Cidcley José dos Santos (fl. 294), disse que fez a prisão do acusado em uma casa no Pina; que foi encontrado com o acusado uma pochete e celulares que foram confirmados na delegacia pertencerem as vítimas do assalto e que na delegacia as vítimas reconheceram os objetos encontrados com o réu como delas.

Por sua vez a testemunha Sérgio Rodrigues Cavalcante (fls. 293/294) disse que foi encontrado na cintura do acusado três aparelhos celulares; que era um dele e os outros dois o acusado não soube informar de quem era. Relatou que o rapaz, dono da casa que o Acusado invadiu, disse que tinha sido o acusado quem efetuou o assalto e ao entrar na sua casa largou tudo na sala. Confirmou ainda que uma das vítimas reconheceu a pochete como sua e um dos aparelhos celulares, encontrados na cintura do acusado, foi reconhecido por outra vítima.

Note-se, por sua vez, que a negativa de autoria do ora Apelante não restou corroborada em nenhum elemento de todo o conjunto probatório colhido nos autos, portanto, a Defesa não cumpriu o ônus que lhe incumbia, não demonstrou a veracidade dos fatos alegado pelo réu.

Ademais, em sede de roubo, a palavra da vítima deve merecer plena credibilidade quando se apresenta em perfeita harmonia com o mais da prova produzida (RT 718/405), pois ela esteve em contato frontal com o agente e, ao se dispor reconhecê-lo, ostenta condição qualificada a contribuir com o juízo na realização do justo concreto (TACRIM-SP.AC-1.036.841-3-Rel. Renato Nalini).

Nesse sentido a Súmula 88 do Tribunal de Justiça de Pernambuco dispõe que, nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vítima, quando ajustada ao contexto probatório, há de prevalecer sobre a negativa do Acusado.

Diante disto, observo que os elementos provas colhidos no inquérito policial foram confirmados, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, durante a Instrução Criminal, encontrando-se o conjunto probatório coeso e coerente, emergindo nos autos prova suficiente de que o Apelante realmente é o autor do crime narrado na Denúncia.

Assim, quanto ao mérito da condenação, não há o que reparar.



416

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Com relação ao pedido do Apelante de redução da pena, entendo que não deve prosperar, vez que a Juíza Singular, analisando as circunstâncias judiciais, ponderou corretamente como desfavorável ao réu a culpabilidade, às circunstâncias do crime e o comportamento das vítimas, fixando a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 30 (trinta) dias multa.

Assim, considerando os limites da pena abstratamente cominada ao tipo penal em questão 04 (quatro) a 10 (dez) anos de reclusão, não há como considerar exacerbada a pena-base fixada, pois configurada a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, fica o Juiz sentenciante legitimado a fixar a pena acima do mínimo legal.

Em seguida, corretamente verificou a presença de duas causas de aumento de pena - concurso de pessoas e a do emprego de arma de fogo - insculpidas nos incisos I e II, do §2º, do art. 157, aumentando a pena em 2/5 (dois quintos). Note-se que há razoabilidade na fração escolhida já que são duas as majorantes sopesadas.

Reconheceu a incidência da causa de aumento prevista no Art. 70 do CP, pois restou provado que pelo menos três pessoas foram vítimas do Acusado. Note-se que o referido artigo permite um aumento entre 1/6 (um sexto) e 1/2 (um meio), sendo razoável o arbitramento de 1/5 (um quinto) realizado pela Juíza Singular, totalizando uma pena definitiva de **08 (oito) anos, 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, além dos 30 (trinta) dias multa**. De modo que, a pena imposta ao Apelante deve ser mantida em sua integralidade, pois não se mostrou excessiva.

Por fim, também não há como acolher o pedido da Defesa quanto à mudança de regime de cumprimento de pena, devendo permanecer o fechado para início de cumprimento de pena nos termos do art. 33, § 2º, "a", e § 3º, do CP.

Por todo o exposto, em consonância com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, nego provimento ao presente recurso, mantendo-se a Sentença condenatória em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014 .

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor